

André Henrique de Brito Veloso

**As possibilidades do socialismo democrático: elementos para  
discussão da Economia Popular e Solidária a partir do governo de  
Salvador Allende, Chile (1970-73)**

Trabalho submetido ao 18º  
Seminário sobre a economia mineira –  
Diamantina 2019.

**Área Temática:** Políticas públicas e  
planejamento regional e urbano

**Resumo**

O artigo apresentado busca levantar elementos para realizar um debate sobre modos de produção alternativos à forma capitalista experimentados no século XX e suas possibilidades de construção no século XXI. Para tanto, busca-se comparar as características específicas da chamada “Economia Popular e Solidária” com as transformações das formas produtivas ocorridas durante os três anos de governo socialista de Salvador Allende, no Chile, para refletir até que ponto a via do socialismo democrático e sua experiência única na América Latina foi capaz de trazer elementos que rompessem tanto com a forma capitalista como com o “socialismo real” do bloco soviético.

**Palavras-chave:** Chile; Políticas Públicas; Economia Popular e Solidária; Socialismo; Economia Política.

## **1. Objeto do artigo**

O presente trabalho busca realizar uma investigação histórica preliminar sobre a relação entre as transformações nas relações sociais de produção vividas no Chile durante o governo do presidente Salvador Allende, entre setembro de 1970 e setembro de 1973, e o debate contemporâneo a respeito de formas econômicas alternativas ao capitalismo, em especial a assim chamada Economia Popular e Solidária (EPS) e suas variantes, como a Economia Social e a Economia do Trabalho.

Por se tratar de uma investigação preliminar, o que se busca é identificar similaridades relevantes mais evidentes, bem como traçar caminhos de futuras pesquisas. Não há pretensão, neste artigo, de se esgotar nem mesmo uma primeira visão sobre o tema, tendo em vista a complexidade do período histórico abordado, bem como do debate entre elaborações teóricas que ora se propõe. Várias são as lentes e os ângulos para se debruçar sobre os temas abordados, e o que aqui se busca é apresentar as diversas possibilidades e a miríade de relações que uma pesquisa detalhada sobre o tema pode ter.

Para realizar essa investigação, realizou-se um levantamento e sistematização do período histórico chileno em questão a partir de fontes secundárias – em especial o trabalho de WINN (2009) e o documentário de 4 horas, dividido em três partes, do diretor Patricio Guzmán – *La Batalla de Chile* (1975, 1977, 1979) – além dos estudos de Elisa Borges (2007, 2011). Para levantamento das características da Economia Popular e Solidária foram tomadas como referências o trabalho de Sibelle Costa (2016) e a partir deste de Coraggio (2000), Kraychete (2000) e, em especial, do economista chileno Luís Razeto (1983), cabe também mencionar a abordagem pioneira de Milton Santos e os dois circuitos da economia (1979) como elemento fundamental para situar o contexto sócio-econômico e urbano da América Latina dos anos 1960 e 1970. Por fim, para possibilitar o cotejamento da perspectiva da EPS com elementos do pensamento econômico socialista e marxista, recorreu-se a autores como Preobajenski (1926), Isaac Deutscher e sua análise da revolução russa (1963), além da crítica da economia política de Marx (1867).

## **2. Justificativa da investigação**

Revisitar a experiência socialista vivida no Chile no início da década de 1970, sob uma ótica renovada pela leitura de outras vivências econômicas possíveis, se demonstra relevante por uma série de razões.

Em primeiro lugar, a pesquisa histórica para qualquer possibilidade de transformação sócio-econômica que se fizer no século XXI deve necessariamente se apoiar na trajetória, com os acertos e erros, das experiências socialistas e revolucionárias dos séculos anteriores, em especial o século XX. Significa não só compreender as dinâmicas sociais, econômicas e políticas que levaram à criação e posterior dissolução do assim chamado “socialismo real” em países como a União Soviética, Alemanha Oriental, Hungria, entre outros, mas também buscar elucidar experiências que nem sempre se apresentam na ordem do dia dos debates, nem mesmo para a esquerda. Assim, é preciso ir além e compreender que nem todas as experiências socialistas de inspiração marxista do século XX se deram a partir da perspectiva “marxista-leninista”, isto é, hegemonicamente stalinista a partir da década de 1930. Mais ainda, algumas experiências, de fato, tentaram prescindir da tradição revolucionária inaugurada em 1789 da tomada do poder por meio da sublevação. No primeiro caso, a Iugoslávia de Josip Tito se destaca como exemplo a ser estudado. No segundo, nenhum caso se tornou mais emblemático do que a eleição de Salvador Allende para presidente do Chile em 1970, pela *Unidad Popular*. Já em um contexto de

transformações da Guerra Fria, com o processo de descolonização na África e na Ásia, e a afirmação de novos grupos identitários sociais como a juventude, as mulheres e a luta pelos direitos civis dos negros nos EUA na década de 1960, Salvador Allende lidera um processo único de afirmação da democracia para uma transição socialista, e do socialismo para se atingir a plenitude democrática. Esse componente libertário, em grande medida avesso à elaboração leninista da virada do século XX de um partido-vanguarda altamente hierarquizado e disciplinado, é a diferença fundamental da experiência socialista chilena em relação ao resto do mundo. O precedente que o Chile ensaiou consolidar foi forte o suficiente para ameaçar alterar posições geopolíticas consolidadas, levando ao envolvimento direto dos EUA, desde antes da posse de Allende, no qual

“As operações secretas dos Estados Unidos para impedir a posse de Allende foram justificadas pelo Secretário de Segurança Nacional de Nixon, Henry Kissinger, que teria dito, em particular, que não via nenhuma razão para permitir que um país se tornasse comunista pela irresponsabilidade de seu povo em eleger um comunista.” (WINN, 2009, p. 71)

Em um exercício hipotético contrafactual, é possível imaginar que, em alguma medida, o partido comunista da União Soviética pudesse ter reação semelhante se o experimento de socialismo democrático fosse concluído com sucesso, tornando-se um exemplo para desconstrução das práticas rígidas e autoritárias dos comitês centrais no então chamado “2º mundo”. O ponto central da argumentação é que é necessário resgatar a possibilidade aberta pelo Chile de Allende de um socialismo democrático a partir da base, isto é, das unidades produtivas e da mobilização social livre, nas quais outros princípios de relações sociais de produção podem reger a vida cotidiana em uma escala ampla e nacional.

Em segundo lugar, é necessário resgatar a discussão sobre o desenvolvimento capitalista e suas alternativas a partir de um ponto de vista latino-americano. A especificidade histórica da formação social das nações do continente conforma um rol de potencialidades e contradições que não pode ser lido a partir de abordagens européias. Se esse ponto de vista já está claro para as abordagens desenvolvimentistas elaboradas na segunda metade do século XX, com especial contribuição da Comissão para Assuntos Econômicas da América Latina – CEPAL – e sua sede chilena, não se pode dizer o mesmo a respeito das sistematizações marxistas sobre alternativas ao capitalismo. Novamente, a experiência socialista chilena se configurou como um grande laboratório para essas questões, principalmente a partir da experiência de mobilização dos indígenas Mapuche. Esse grupo étnico e social fortemente engajado no processo revolucionário chileno viveu uma série de contradições entre a expressão e a vivência de suas culturas originárias e as imposições administrativas do governo, além da disciplina e ideologia leninista muitas vezes imposta nas unidades produtivas agrárias por tendências dentro da *Unidad Popular*, como o *Movimiento Izquierda Revolucionaria* (MIR), de perspectiva guevarista. Elucidar até que ponto a contradição entre a expressão de religiões originárias, bem como formas alternativas de cultivo e trabalho, entraram em conflito com uma lógica fortemente ateísta e produtivista, e até que ponto houve convivência, também é uma necessidade não apenas no caso chileno, como de toda história da esquerda latino-americana do século XX.

Por fim, o terceiro motivo central que informa esse artigo prospectivo se relaciona com a busca por uma superação das contradições entre as abordagens da Economia Popular e Solidária (EPS) e a Economia Política Marxista. Longe de esgotar o profícuo debate entre essas duas perspectivas teóricas, o que se buscará aqui é ressaltar alguns dos pontos críticos que o exemplo histórico em questão pode

demonstrar. A economia política marxista tem sido vista pelos teóricos da EPS como excessivamente “economicista” (ver COSTA, 2016, capítulo 2). Infere-se que uma das principais razões é a abordagem sobre o trabalho industrial e o desenvolvimento da força de trabalho. Muitas das leituras a respeito da elaboração teórica desenvolvida por Marx enfatizam a centralidade do desenvolvimento das forças produtivas, entre elas o aumento da produtividade e do comando sobre uma grande massa de trabalho. Historicamente, ao invés do combate à alienação do trabalho, isto é, ao distanciamento do trabalhador sobre o processo produtivo e o produto final de seu trabalho concreto (cf. MARX, 1867), muitas vezes o que as experiências de socialismo real apresentaram foram estruturas rígidas e gigantescas de trabalho fabril, com disciplinas férreas sobre o processo produtivo, hierarquizadas em um sistema político autoritário e muitas vezes personalista. Muitos desses sistemas só se tornaram possíveis por meio da combinação entre ideologia e terror, como a União Soviética na década de 1930 exemplifica com clareza, ao combinar *gulags* e perseguição política à escolha de heróis, como o movimento Stakhanovista – em referência a Aleksei Stakhanov, trabalhador de mina de carvão que realizou 14 vezes sua cota de mineração em apenas um dia (ver DEUTSCHER, 2006 [1963]). Se por um lado, era necessário atingir um patamar inicial de meios de produção (como Preobajenski, 1979 [1926], elaborou em seu conceito de “acumulação socialista primitiva”), a violência e o descontrole dos propósitos produtivos vistos nas experiências de socialismo real do século XX demonstram o distanciamento a que foi levado algumas das interpretações da crítica da economia política de Marx. Nesse sentido, por muitas vezes não ter se voltado à questão da “reprodução ampliada da vida” e das relações sociais de produção, colocando os fins imaginados de emancipação como um caminho a ser atingido por quaisquer meios, é de se considerar que a perspectiva marxista é muitas vezes deixada de lado pelos teóricos da EPS.

Por sua vez, a economia marxista tem situado a EPS como “conciliadora” e incapaz de gerar uma ruptura real com o sistema capitalista. Sua forma baseada na unidade domiciliar como principal unidade produtiva, como se debaterá adiante, muitas vezes abdica da discussão de processos e cadeias produtivas que precisaram necessariamente de escala na sociedade contemporânea, como, por exemplo, a cadeia produtiva metal-minero-siderúrgica. Pode-se argumentar que, ao negar uma discussão sobre processos e causalidades sistêmicas de um modo de produção, ou ao buscar afirmar as relações econômicas da EPS apenas nas brechas da reprodução capitalista, sem se contrapor diretamente a seu mecanismo de continuidade – a acumulação ampliada do capital –, a EPS abdica de propor uma solução real para as questões contemporâneas. Além disso, atualmente, existe a crítica de que experiências baseadas na EPS têm contribuído para a precarização das relações trabalhistas, ao se manter dependente do processo capitalista e diminuir, assim, alguns custos de reprodução da força de trabalho. Como situa Costa,

“Nesse sentido, a crítica de fundo marxista se ampara tanto na incapacidade de a economia popular solidária se constituir um modo de produção alternativo ao capitalismo, dadas suas fragilidades internas, quanto no fato dessas formas serem *a priori* subordinadas ao processo de acumulação capitalista, contribuindo somente para mascarar a luta de classes ao renegar aos trabalhadores uma função subordinada nos esquemas de produção” (COSTA, 2016, p. 63-4)

Percebe-se que as críticas entre as duas abordagens possuem razoável aderência, em maior ou menor grau dependendo das circunstâncias. Cabe ao debate teórico e à prática concreta estabelecer elementos de discussão para que se possa avançar, consistentemente, rumo a novas relações sociais de produção. Contradições entre

cadeias produtivas e relações democráticas nas unidades produtivas, produção em larga escala e autonomia do trabalho, garantia das condições básicas de produção e a reprodução ampliada da vida, são alguns dos elementos que podem ser pensados nessa breve exposição. É buscando identificar os conflitos e suas possibilidades de superação que alguns elementos da experiência histórica do socialismo chileno serão aqui abordados e discutidos, sobretudo com o propósito de se estabelecer bases para uma pesquisa mais ampla.

### **3. O Chile socialista de Salvador Allende - uma sistematização histórica**

#### **3.1.Precedentes**

Uma porção geográfica relativamente isolada do resto do continente, grande parte do território que hoje compõe o Chile foi tratado mais como entreposto comercial do que como local de colonização pelos espanhóis nos séculos XVI a XVIII. Além do isolamento a leste pela cordilheira dos Andes, a oeste pelo Oceano Pacífico, ao norte pelo Deserto do Atacama, ao sul encontrava-se a resistência dos índios Mapuche, tornada mitológica pela historiografia oficial chilena. Assim, apesar de ter vivido também todos os determinantes da relação colônia-metrópole, o Chile teve uma relativa autonomia para o desenvolvimento de sua sociedade e economia, justamente por não ser tão atrativo na divisão internacional do trabalho de então, iniciando sua estrutura econômica no período colonial a partir de agriculturas de subsistência (WINN, 2009).

O processo de independência no século XIX veio acompanhado de disputas territoriais com a Bolívia e o Peru, em especial a Guerra do Pacífico (1879-1883), que garantiram ao Chile acesso a reservas minerais de salitre (nitrato de potássio) e cobre que iam dar as condições estruturais de seu desenvolvimento econômico nas décadas seguintes. Como em grande parte dos países latino-americanos, a independência não significou mudança estrutural para a maioria da população, que passou a conviver com uma elite local cada vez mais poderosa e rica. A contrapartida do processo de concentração de renda era a forte exploração da força de trabalho, em especial na mineração. À medida que a exploração avançava, também avançava a divisão do trabalho e o reconhecimento das classes sociais enquanto tais, em sua movimentação<sup>1</sup>:

“A greve geral de 1890, que teve início nas minas de nitrato do norte, mas cujo epicentro fundamental foi o porto chileno de Valparaíso, foi um grande marco da divisão entre uma era em que o movimento popular era liderado por artesãos e trabalhadores especializados e sua organização característica era a mutual, e outra em que os trabalhadores braçais eram a vanguarda do movimento e os sindicatos ou *mancomunales* regionais eram suas organizações preferidas” (WINN, 2009, p.41)

É essa transição de protagonismo da classe trabalhadora artesanal para um nascente proletariado, precoce para o continente, que vai marcar o movimento de trabalhadores em sua gênese e estabelecer padrões de organização. Em 1912 será criado o *Partido Obrero Socialista* que se tornará o Partido Comunista do Chile (PC) já em 1922. Além disso, em 1917 é criada a *Federacion Obrera del Chile*, primeira confederação sindical a nível nacional, com orientação anarcossindicalista.

Enquanto a organização dos trabalhadores ganhava acúmulo, a democracia representativa chilena, nos moldes burgueses, também avançava. Com uma estabilidade institucional relativamente avançada para os marcos da região, o Chile alternou

---

<sup>1</sup>O conceito de classes sociais aqui utilizado é o definido pelo historiador inglês Edward P. Thompson (1991), para quem a classe se identifica a si mesma de maneira dinâmica, em seu movimentar-se e no estabelecimento de necessidades e ações em comum,

orientações mais liberais e conservadoras dentro do espectro aristocrático e latifundiário de sua elite. Entretanto, o país continuava – a exemplo da América do Sul – basicamente agrário-exportador, e a crise econômica de 1929 com a subsequente perda da renda de exportações em 80% precipitou um golpe militar de orientação socialista em 1932, que durou apenas 12 dias. Essa efervescência política deu origem, em 1933, ao Partido Socialista Chileno (PS), no qual ingressaria Salvador Allende, e que protagonizaria os eventos políticos mais dramáticos do país nas próximas décadas. O historiador Peter Winn caracteriza o PS da seguinte maneira:

“Essa mistura de socialismo e populismo seria a marca registrada do Partido Socialista: uma heterogeneidade ideológica e social em um partido que absorveu anarquistas e trotskistas, mutualistas e social-democratas, e integrou números crescentes de trabalhadores e camponeses em um partido com liderança e base social predominantemente de classe média. O Partido Socialista enfatizaria seu nacionalismo versus o internacionalismo dos comunistas.” (WINN, 2009, p. 47)

Em 1938, de maneira surpreendente, Pedro Aguirre Cerda, o candidato da Frente Popular – coligação composta pelos Partidos Socialistas e Comunistas – é eleito presidente da república, nomeando o jovem médico Salvador Allende como Ministro da Saúde. Em uma composição pragmática com a burguesia local, em grande medida determinada pelo crescimento do fascismo na Europa, a Frente Popular irá criar mecanismos institucionais que serão centrais para a experiência socialista da década de 1970, como a *Corporación de Fomento de La Producción* – CORFO, uma autarquia com prerrogativa de incentivar a produção estatal, com financiamentos e corpo técnico.

A experiência da Frente Popular irá durar até meados da década de 1940, o suficiente para marcar a chamada “geração de 1938”, um conjunto de socialistas de variadas tendências que passaram a acreditar na via institucional como possibilidade concreta de se realizar transformações revolucionárias. Dentre eles, Allende se destacava pela capacidade de diálogo, articulação e liderança. Depois de três candidaturas fracassadas (1952, 1958 e 1964), Salvador Allende, à frente da *Unidad Popular* (UP)<sup>2</sup> é eleito presidente da República do Chile em 1970, com 36,6% dos votos, uma margem apertada, porém constitucionalmente legal para implantar um programa de mudanças radicais.

### **3.2. O “processo revolucionário” do governo da *Unidad Popular***

A sistematização histórica sobre o governo de Allende proposta por Peter Winn identifica o processo revolucionário – no sentido da alteração das relações sociais de produção e das relações sociais mais gerais entre as classes – como algo que ocorreu em duas frentes simultâneas, não articuladas, e muitas vezes contraditórias entre si: a “revolução de cima”, entendida aqui como o conjunto das ações realizadas pelo governo nacional e suas instituições, baseadas em um arcabouço legal e constitucional; e a “revolução de baixo”, protagonizada por trabalhadores rurais e urbanos, na maioria das vezes explicitamente contra a institucionalidade, mas com o intuito de fazer avançar as mudanças que estavam sendo implementadas gradualmente pelo governo central.

#### **3.2.1. A “revolução de cima” e o programa da *Unidad Popular***

---

<sup>2</sup> Coligação formada entre o Partido Comunista, Partido Socialista, Partido Radical, Movimiento de Acción Popular Unitario (MAPU), Partido de Izquierda Radical e Accion Popular Independiente. Apesar dos nomes, o Partido Socialista era o que apresentava concepções táticas e estratégicas mais à esquerda (cf WINN, 2009).

Seja por não acreditar de fato que iriam ganhar as eleições, ou por alguma confiança em processos extra-institucionais, fato é que o programa apresentado pela *Unidad Popular* às eleições chilenas não se detinha muito em detalhes, apostando mais na mobilização e na comunicação de quatro grandes eixos de mudanças na sociedade chilena: i) Recuperação das riquezas minerais básicas; ii) Nacionalização dos bancos; iii) Reforma agrária; iv) Socialização das principais empresas de produção e distribuição. Para cada um desses eixos, a *Unidad Popular* utilizou até o limite interpretativo possível os mecanismos legais que tinha à disposição, buscando avaliar nesse processo as condições de apoio social para seus avanços.

a) Recuperação das riquezas minerais básicas;

O primeiro de seus eixos, a nacionalização e recuperação das jazidas minerais e indústrias extrativas do Chile, em especial de nitrato e cobre, foi aquele realizado com mais facilidade. De fato, parecia consenso a nacionalização das minas e sua expropriação do controle norte-americano, a tal ponto que a lei de nacionalização foi aprovada em 11 de julho de 1971 por uma ampla margem no congresso, em que pese o governo constituir-se em minoria parlamentar. Não há, nas fontes consultadas (WINN, 2009; BORGES, 2007, 2011) nenhuma menção à mudança da natureza das relações de trabalho nas minas, a não ser pela melhoria significativa das condições de trabalho e um aumento substancial no salário dos mineiros. Se as mineradoras deixaram de ter seu processo produtivo orientado à acumulação externa de capital, nem por isso o destino do produto e do capital acumulado passou a ser determinados pelos trabalhadores das minas. O governo necessitava sobremaneira das divisas produzidas pela venda de cobre e nitrato, de tal maneira que Allende sempre se referirá às minas como “*El sueldo de Chile*” (WINN, 2009, p. 79). De um ponto de vista das relações sociais de produção, a nacionalização das empresas não é, em si, um processo revolucionário – tanto que foi praticada por inúmeros governos nacionalistas capitalistas no século XX e foi mantida por Augusto Pinochet nos seus 16 anos de governo (1973-1989) –, mas é inegável que estabelece condições mais concretas para a transformação social do que a fase anterior. Os passos seguintes do governo assim o demonstrarão.

b) Nacionalização dos bancos;

O segundo ponto do programa de Allende não tinha ampla aceitação pelo conjunto da sociedade como possuía a nacionalização das minas. A partir desse momento é que o governo irá se valer de subterfúgios legais até seu limite para poder avançar em seu programa. Nesse sentido, o governo reativou a CORFO – autarquia criada na experiência governo da frente popular nas décadas de 1930 e 1940 – e por meio desta realiza uma proposta pública de compra de ações dos bancos privados. A atratividade da proposta conseguiu fazer com que os acionistas gradativamente abrissem mão de suas ações, à revelia muitas vezes da vontade da elite. Em fins de 1971, o governo Allende podia afirmar que controlava cerca de 90% do setor bancário do país (WINN, 2009, p. 81). A exemplo do eixo anterior, essa movimentação não necessariamente alterou a natureza do trabalho dos funcionários bancários chilenos, embora tenha de fato melhorado suas condições de remuneração e benefícios. Do ponto de vista de mudanças nos princípios de funcionamento do modo de produção capitalista, a economia apenas transitou do setor privado para o setor público, alterando levemente prerrogativas da estrutura produtiva. Ainda sem uma pesquisa mais aprofundada, o que pode ser dito sobre a nacionalização dos bancos é que essa caminhou para uma ampliação do princípio da “redistribuição de renda” centralizada, conforme a orientação governista, e diminuiu a lógica de mercado em algum grau. Mas será a alteração da

lógica produtiva nas bases econômicas que trará os maiores elementos para se pensar a relação entre socialismo democrático e Economia Popular e Solidária.

### c) Reforma agrária

Assim como outros pontos do programa da *Unidad Popular*, o eixo da reforma agrária não era necessariamente socialista e tampouco tinha exclusividade de concepção entre os partidos de esquerda. Iniciada em 1967, no governo anterior do democrata-cristão Eduardo Frei, os resultados da reforma agrária eram então insuficientes e serviram para radicalizar uma base de camponeses em favor do governo de Allende. Assim, a proposta da estrutura produtiva avança no seguinte sentido

“As propriedades de províncias ou condados inteiros seriam expropriadas ao mesmo tempo, sem isenções para conexões políticas, a fim de aumentar a eficiência do processo e a abrangência da reforma. As fazendas modernas e com alta tecnologia ficariam nas mãos do governo, mas a esmagadora maioria das terras expropriadas seria dada aos camponeses que nela trabalhavam, sob a forma de cooperativas e não como propriedade privada.” (WINN, 2009, p. 82)

A mudança na lógica da reforma agrária passa a ser uma composição entre a lógica do setor público e uma lógica que aponta na direção do cooperativismo e, portanto, da valorização do princípio da reciprocidade, para desenvolver a produção. Nesse sentido, essa reforma clássica do século XX se inclina mais para a forma do socialismo do que para a construção de bases produtivas para o capitalismo, como foi sua motivação em grande parte dos países que a realizaram.

Quando a chamada “revolução de baixo” avançou, isto é, a movimentação autônoma e organizada de classes sociais de estratos de baixa renda, a perspectiva que o governo havia colocado para sua reforma agrária vai ser potencializada, gerando grande atrito não só com setores latifundiários clássicos, mas também com o médio e pequeno proprietário rural. Essa contradição é um tema clássico, por assim dizer, do dilema do socialismo, como o caso dos *kulaks* e da coletivização forçada da década de 1930 da União Soviética demonstra (DEUTSCHER, 1963).

De qualquer maneira, ainda que capitaneada pelo governo, as contradições internas da forma de organização proposta e sua relação com o processo produtivo não demoraram a aparecer. A estrutura organizativa proposta pelo governo central se baseava na divisão das terras em terras comunais trabalhadas coletivamente e terras comunais de posse de cada família camponesa, na qual a produção privada era permitida.

“Os assentados trabalhavam a terra juntos, dividindo as produções após realizar os pagamentos de sua dívida com a CORA [Comissão Organizadora da Reforma Agrária]. Além disso, cada um dos 36 assentados recebia dois hectares para uma horta familiar, embora muitos estivessem trabalhando tanto nas terras comunais que contratavam parentes ou índios mapuche das comunidades próximas para cultivar essas hortas para eles, com direito à metade da colheita, um arranjo que refletia as tradições dos mapuche. [...] Sua colheita era suficiente para proporcionar a cada membro um lucro líquido de seiscentos quilos de grãos, que usavam para alimentar suas famílias ou vendiam para comprar outros produtos de que precisavam. Além disso formaram uma cooperativa que comprava e distribuía os alimentos que eles próprios não podiam cultivar”(WINN, 2009, p.113)

Esse era o funcionamento dos chamados “assentamentos-modelo”. A lógica que os organiza parte de um engajamento voluntário, muitas vezes fortemente mediado pela ideologia das organizações marxistas, no qual existia uma divisão entre trabalho realizado para a produção coletiva e trabalho para a produção privada. O funcionamento

desse arranjo se relaciona fortemente com o sentido de solidariedade e reciprocidade, ausentes de uma estrutura assalariada padrão do trabalho capitalista. Entretanto, nem todos os assentamentos vão ter o mesmo grau de organização, apresentando conflitos de ideologia e motivações econômicas:

“muitos camponeses encaravam o adiantamento mensal que recebiam da CORA em troca da sua parcela na colheita como um ‘salário’, como este não estava diretamente vinculado às suas horas de produtividade, [...] eles despendiam a maior parte de seu tempo e esforço em suas pequenas hortas privadas, não nas terras da cooperativa. [...] Produzir mais alimentos para a revolução e para seus protagonistas da classe trabalhadora urbana era uma forte motivação para alguns camponeses, mas, para muitos (talvez a maioria) os incentivos materiais para ganhar a renda máxima para suas famílias eram mais poderosos.” (WINN, 2009, p.114-5)

O escopo deste trabalho não permite confirmar, a partir de fontes primárias, se o cenário apresentado por Winn era verossímil. Entretanto, o comportamento dos camponeses e dos mapuche talvez passe por questões muitas vezes colocadas como periféricas nas perspectivas socialistas, como a imposição da centralidade do trabalho e da produtividade. As perspectivas de reprodução da vida social que compunham o entendimento de mundo desses sujeitos poderiam, sim, estar pautadas por elementos como a valorização do ócio, da baixa produtividade e do tempo livre. Entretanto nos processos revolucionários do século XX, herdeiros da tradição iluminista, o esforço para se construir uma nova sociedade passava por um engajamento ativo:

“Nem todos trabalhavam tão arduamente quanto Heriberto e seu irmão Robustiano, que criticavam a falta de disciplina e aqueles que *‘se aproveché del libertinaje’* e resistiam a trabalhar duro porque *‘se habian terminado los patrones’*” (WINN, 2009, p.114)

É necessário, nesse sentido, trazer à tona essas diversas motivações e a própria lógica inerente a um processo de transformação estrutural da sociedade, calcado na modernidade e nas grandes narrativas. Ainda que não se arrogue a propor uma solução sistêmica, ou justamente em função disso, as perspectivas da Economia Popular e Solidária, centradas na reprodução da vida – flexibilizando os modos de vida que se espera da sociedade – trazem uma grande contribuição para esse debate.

#### d) Socialização das principais empresas de produção e distribuição;

O quarto eixo programático da *Unidad Popular*, e que ao fim se mostrou o mais ousado diante das perspectivas de políticas de então, era a intervenção e socialização da administração das principais empresas de produção e distribuição. O governo podia avançar nesse tópico a partir de um precedente histórico: o capitalismo chileno tinha a trajetória histórica de uma forte intervenção governamental, que evitava a competição e buscava regular preços, cotas e salários (WINN, 2009). Seguindo as diretrizes gerais de um desenvolvimento keynesiano pós-1929, a intervenção estatal não era vista como ingerência, não enquanto garantisse um mercado consumidor e a manutenção dos lucros e da estrutura econômica para o empresariado oligopolista chileno. É a partir da estrutura institucional herdada desse precedente, utilizando-se de decretos governamentais de 1930 e a ressuscitada autarquia CORFO, que o governo elabora a Área de Propriedade Social e Mista (APS) – conceito que usará para intervir diretamente na administração das empresas. A proposta era interferir nas maiores e mais estratégicas empresas chilenas, sua lógica se baseava na ideia do Estado como representante legítimo do interesse público:

“Algumas dessas corporações [sob a mira da intervenção] seriam de propriedade do Estado, enquanto outras teriam um misto de participação pública e privada. Todas teriam a participação do trabalhador em sua administração e administradores do governo para garantir que fossem dirigidas a favor do interesse público, não para maximizar lucros privados.” (WINN, 2009, p. 83)

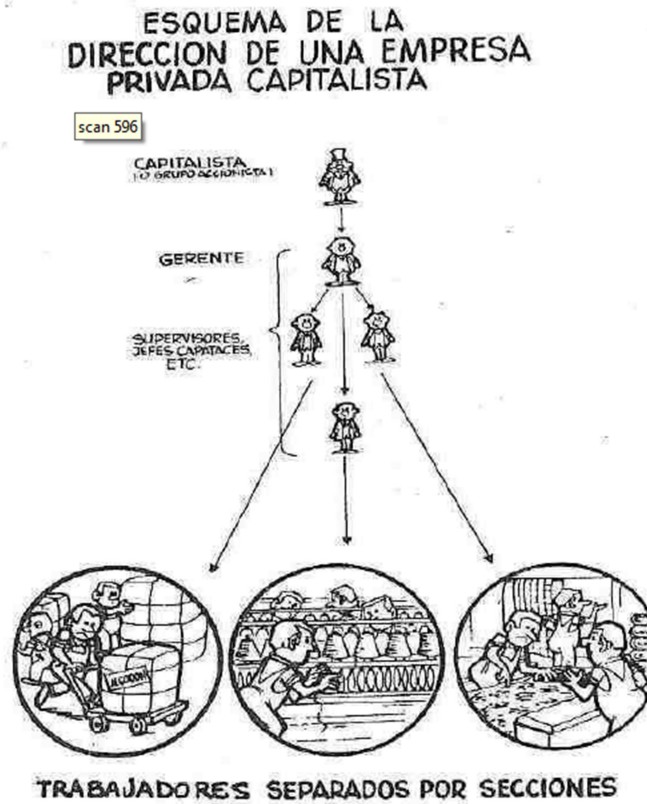
Em um primeiro momento do avanço do processo de intervenção, não havia consenso dentro da *Unidad Popular* sobre a abrangência da APS. De fato, a composição entre desenvolvimento da iniciativa privada, gestão estatal e “gestão popular” também é outro tema controverso dentro das perspectivas marxistas do século XX. Havia um setor mais ortodoxo do governo que considerava – a partir de uma leitura esquemática da teoria marxista – que o desenvolvimento da burguesia não havia atingido sua plenitude e que, portanto, as condições para o desenvolvimento do socialismo não estavam maduras, sendo necessária uma aliança tática de classes com a média burguesia. Outro setor, mais radicalizado, defendia que o avanço da APS a partir da mobilização dos trabalhadores criaria as condições plenas para a consolidação do programa da *Unidad Popular*. No final, foi determinado que apenas as empresas com capital superior a 1 milhão de dólares seriam alvo de intervenção, uma lista final de 91 empresas.

Clichês à parte, o desenrolar dos fatos demonstrou que nenhuma das duas visões estava totalmente equivocada ou totalmente correta. A perda do apoio de um setor pequeno burguês propenso a uma maior justiça social levou consigo o apoio da classe média chilena em 1973, segmento que acabou por se provar o fiel da balança na disputa política. Por outro lado, quando as movimentações contra-revolucionárias buscaram a desestabilização política e econômica do país por meio de *lockouts* e boicotes, foi a mobilização autônoma dos trabalhadores que não só manteve de pé o governo Allende como avançou em sua organização. Assim, em meados de 1973, trabalhadores já haviam ocupado e exigido a socialização de mais de 500 empresas (ver *La Batalla de Chile*, 1977). A dinâmica e os aspectos relevantes dessa movimentação para a Economia Popular e Solidária serão refletidos no próximo tópico. Cabe ainda, pensar a contribuição da inclusão do trabalhador no modelo de administração da fábrica para o cenário revolucionário chileno.

Ao propor uma administração compartilhada, o governo chileno acena na direção de resgate de um dos princípios de organização que deram origem à revolução russa, os soviets, que dentro da lógica do centralismo democrático leninista, acabaram por inverter seu sentido de deliberação democrática. Assim, já em meados da década de 1920, os soviets fabris da Rússia eram espaços para a transmissão das decisões tomadas pelo comitê central do partido comunista e não o contrário. Pouca margem de manobra era deixada para decisões autônomas, e a perspectiva da autogestão – fundamental na elaboração da emancipação do trabalhador – era abandonada.

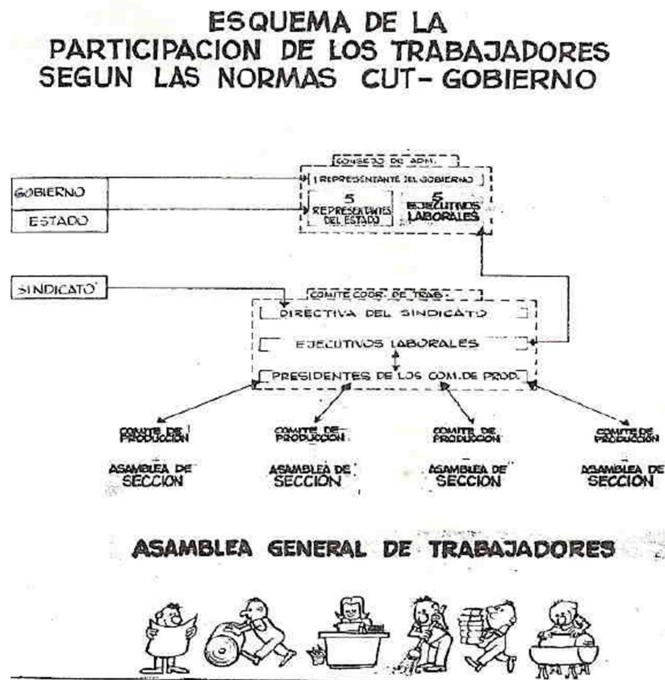
Por outro lado, os princípios institucionais que pautavam o governo chileno também não abriam, a princípio, margem de manobra. A administração das empresas era pensada no seguinte sentido, esquematizados nas figuras abaixo:

Figura 1 - Definição da organização de uma empresa capitalista, com capitalista, gerente, supervisores e trabalhadores hierarquicamente organizados. Propaganda do governo chileno de Salvador Allende.



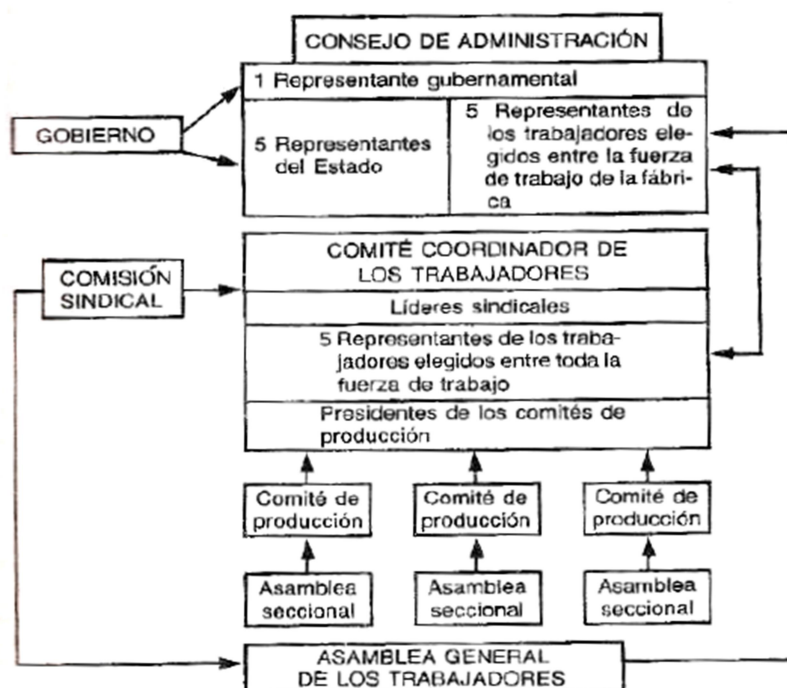
Fonte: BORGES, 2011, p. 64.

Figura 2 - Definição da organização de uma empresa sob as normas do governo da *Unidad Popular*, com assembléias de seção, comitês de produção, que por sua vez elege o comitê coordenador do trabalho e o conselho de administração. Propaganda do governo chileno de Salvador Allende.



Fonte: BORGES, 2011, p. 65.

Figura 3 – Detalhamento do organograma da organização administrativa de uma empresa sob intervenção no governo Salvador Allende.



Fonte: Borges, 2011, p. 62.

Como se pode ver a partir do organograma apresentado, o governo chileno propôs uma estrutura quase paritária de administração das empresas da APS. Cada seção da unidade produtiva possui sua Assembleia de Seção, que por sua vez elege um comitê de produção que o representa. Os presidentes de cada comitê de produção compõem o “Comitê coordenador dos trabalhadores”, que também terá em sua composição líderes sindicais e 5 representantes eleitos pela Assembleia Geral de todos os trabalhadores da unidade produtiva. Esses 5 representantes também irão compor o Conselho de Administração da fábrica, que debaterá as diretrizes da fábrica de acordo com a visão estratégica do governo. Realizando uma composição com os sindicatos, a base dos trabalhadores e a institucionalidade governamental, monta-se um conselho de administração no qual o governo possui maioria e voto de minerva, em última instância. De fato, o formato (e apenas no sentido da composição) do conselho proposto em muito se assemelha a uma série de conselhos participativos vivenciados no Brasil nos últimos anos, em especial na trajetória de governos do PT, os quais mantiveram relativo controle sobre deliberações populares autônomas.

Assim, o direcionamento mais autônomo das empresas e fábricas do Chile dependia principalmente de um *alinhamento entre a vontade do governo e a da base dos trabalhadores*, que ocorria com mais clareza diante de um cenário de tensão entre revolução e contra-revolução, mas não se poderia afirmar necessariamente que esse alinhamento ocorreria em um cenário de estabilidade institucional. De fato, esse tipo de gestão das fábricas é o ponto que aproxima e diferencia a experiência chilena da economia solidária. Como caracteriza Costa:

“a economia solidária é compreendida no Brasil de forma específica, a partir dos empreendimentos coletivos onde predominam a cooperação na atividade

econômica, o uso em comum dos meios de produção e a autogestão [...] As unidades básicas são as cooperativas, associações e grupos informais onde a distinção entre capital e trabalho é minimizada. Enquanto princípio que norteia a Economia Solidária, a autogestão implica que os meios de produção sejam de propriedade e controle coletivos e que as decisões acerca das normas de funcionamento e dos rumos a serem seguidos pelo empreendimento solidário sejam tomadas com base na participação democrática de cada indivíduo. Assim, a administração, a produção, seus meios e resultados pertencem a todos, de modo que se fazem necessárias práticas solidárias e promotoras de autonomia nas organizações.” (COSTA, 2016, p.60)

Percebe-se que a autonomia decisória é ponto central da lógica inerente à economia solidária. O quanto essa caracterização assemelha-se ao vivenciado no Chile de Allende só será demonstrado a partir da elucidação de experiências históricas específicas. As fontes consultadas para esse trabalho, entretanto, dão conta de uma coordenação das empresas com forte influência da base justamente em função da tensão social. Assim, uma primeira mudança mais imediata foi nas condições de trabalho nas indústrias. Com os trabalhadores podendo opinar e assumindo cargos de supervisão e direção, elementos como a saúde do trabalhador no processo produtivo ganharam prioridade. Outro fator importante era a decisão conjunta sobre a destinação do processo produtivo:

“Também refletiu uma decisão política por parte dos trabalhadores a concentração da produção da fábrica exclusivamente em ‘tecidos populares’ para o consumo de massa, como o brim. [...] [Decidiu-se] dar prioridade à distribuição aos setores da população que não tinha recursos para comprar os produtos da Yarur [fábrica têxtil ocupada pelos trabalhadores chilenos].” (WINN, 2011, p. 125)

Dessa maneira, um aspecto central que escapa a maior parte das experiências socialistas é a decisão na base sobre o produto fabricado e o segmento social que irá consumi-lo. Esse precedente se assemelha com a autonomia decisória sobre os resultados do processo produtivo, característica de experiências de economia solidária. É justamente na decisão sobre processo produtivo e finalidade da produção que pode se dizer que o modo de produção é fundamentalmente alterado e há a possível ruptura com o formato capitalista. De fato, rompe-se em grande medida o processo de alienação do trabalho e da produção de valor abstrato para a retomada do valor de uso e seu usufruto pela sociedade.

De qualquer forma, conforme as tensões sociais e econômicas no Chile se desenvolvem, outras questões sobre a organização autônoma dos trabalhadores começam a transparecer.

### **3.2.2. A “revolução de baixo”, avanços e contradições da organização popular autônoma.**

Peter Winn caracteriza a movimentação de setores da população chilena na direção dos eixos programáticos do governo da *Unidad Popular* como uma revolução vinda de baixo. É possível inferir que a definição de parâmetros pelo governo que punham em questão a “ordem natural das coisas”, tais como o instituto e o propósito da propriedade privada, tenha feito avançar a organização das classes sociais de mais baixa renda. Outro motivo bastante plausível é a própria resistência de outras classes sociais chilenas que buscavam parar ou reverter as mudanças estruturais em curso. De fato, diante do cenário político colocado no Chile entre 1970 e 1973, foi principalmente o

engajamento voluntário da população na transformação de seu cotidiano que conferiu caráter revolucionário à experiência socialista da *Unidad Popular*. Na verdade, essa vivência e aprendizado seriam duradouros e, mesmo diante da onda autoritária de Pinochet, a lógica da auto-organização foi resiliente como os escritos de Razeto (1983) indicam.

Em suas organizações de base, essas classes sociais

“Aprofundaram o próprio entendimento da democracia e do socialismo, bem como a compreensão de seus direitos econômicos e sociais. Também se tornaram protagonistas do próprio destino, participantes ativos do processo revolucionário e da sua política, em vez de clientes passivos ou uma mera base de apoio para partidos, sindicatos e lideras. [...] Por todas essas razões, a revolução vinda de baixo alterou significativamente o escopo, a sequência, o momento certo, a tática e a estratégia da revolução chilena, bem como seu caráter e curso.” (WINN, 2009, p. 91)

Nesse contexto, uma das linhas de frente mais emblemáticas foi o avanço da Reforma Agrária. Planejada para um prazo de seis anos, a ocupação de terras e médias e pequenas propriedades acabou realizando todo o processo de desapropriação e reassentamento estabelecido pelo governo em apenas 18 meses. A ocupação se dava de maneira pacífica, a maior parte das vezes, e ganhava um apoio governamental tácito no sentido em que este se recusava a usar da força para realizara reintegração de posse e, mais ativamente, impedia que milícias organizadas pelos proprietários atacassem os camponeses.

Essa dinâmica também fez avançar as *poblaciones*, ocupações urbanas principalmente na periferia de Santiago. Assim como as outras atividades da “revolução de baixo”, essas ocupações urbanas já existiam antes do governo Allende, mas ganharam outro sentido e potência, além de apoio oficial, após 1970.

Assim, as ocupações mais organizadas conseguiram avançar na autogestão, buscando realizar planejamento urbano, além de uma gestão coletiva do fornecimento de serviços urbanos e da distribuição do comércio e de alimentos. A política habitacional do governo incentivava a autonomia ao fornecer às *poblaciones* material de construção e uma remuneração para a autoconstrução de moradias. Havia, assim, uma gestão do cotidiano revolucionário dessas ocupações que se expressava na formação de um diretório a partir da eleição de um representante em cada quarteirão da ocupação, como era o caso da emblemática ocupação de Nova Havana. Era o diretório que determinava como os materiais fornecidos pelo governo se distribuiriam, além de incentivar políticas preventivas na área da saúde e atividades culturais. Um aspecto polêmico era a perspectiva da segurança e vigilância internas, que muitas vezes se inclinava para a determinação de pressupostos morais, como a proibição do consumo de álcool e do adultério (ver WINN, 2009, p. 128-132).

De qualquer forma, os maiores avanços revolucionários se deram a partir da organização da resistência aos ataques da direita e dos conservadores. Assim, em outubro de 1972, como resposta a um *lockout* nacional, iniciado pelas transportadoras e financiado por setores internos e externos da burguesia, os *pobladores* passaram a organizar comitês internos de distribuição e controle das mercadorias (posteriormente formalizados pela Juntas de Abastecimento e Preços – JAPs), bem como angariar veículos e motoristas voluntários para o transporte de bens e pessoas. É importante, novamente, notar a base territorial dessas iniciativas.

Em paralelo, nesse momento os trabalhadores industriais ampliaram o movimento de ocupação de fábricas a partir de uma base territorial, criando os chamados “*cordones industriales*” que se estendem por vários bairros de uma mesma região urbana:

“Quando as agências do governo não conseguiram garantir a defesa dos bairros e a distribuição dos produtos e serviços essenciais, os trabalhadores e as organizações de base assumiram essas responsabilidades. Na linha de frente dessas organizações de base estavam os multiplicados cordões industriais, que interligavam os trabalhadores de diversas fábricas e origens e geriam os recursos e o dinamismo necessários para deter a ofensiva contrarrevolucionária e transformá-la em uma oportunidade para o avanço revolucionário. Os cordões organizaram a tomada de empresas do setor privado onde os trabalhadores estavam trancados ou onde a produção havia sido sabotada.” (WINN, 2009, p. 161)

A venda da produção industrial e agrícola, nesse momento, era direcionada para aqueles que mais precisavam, além de reforçar seu caráter político ao, por exemplo, excluir comerciantes grevistas da sua pauta de compradores. Em conjugação com as *poblaciones*, os cordões industriais foram transformados em modelos de *autogestão das relações sociais cotidianas*, no momento de acirramento das tensões da disputa revolucionária.

Diante de um governo que muitas vezes permanecia paralisado por chantagens para as quais a resposta poderia pender a balança política para a direita, foram as organizações a partir da base que deram a resposta. A solidariedade, enquanto princípio que dava identidade de classe ao movimento, foi elemento central presente nos processos produtivos chilenos durante o governo socialista. Pode ser vista como princípio econômico em alguns exemplos de ganho de produtividade, como as inovações introduzidas por operários com maior conhecimento do cotidiano da produção, mas também em exemplos de garantia da “reprodução ampliada da vida” para maior parte da população. A força de trabalho, de fato, era desmercantilizada e servida ao seu propósito de valor de uso, no limite. Na verdade, o vislumbre dessa possibilidade foi um dos grandes legados que o Chile socialista deixou.

#### **4. Elementos para o debate da potencialidade de transformação das relações econômicas**

Para avançar em alguns pontos no debate sobre a natureza econômica do governo de Salvador Allende e seus potenciais rebatimentos para debates contemporâneos, cabem aqui algumas breves considerações sobre aspectos estruturais da economia chilena à época. É possível conceituar, pelo momento histórico e o que estava em disputa, que o Chile possuía princípios e dinâmicas de uma sociedade que passava pelas últimas horas de um fordismo periférico<sup>3</sup> possível, e viveu o momento que produziu sua encruzilhada. De alguma forma, a experiência revolucionária chilena buscou, justamente, romper com o fordismo periférico, ao deixar de se basear no consumo de massa estratificado na renda, e buscar incluir sua parcela de baixa renda como consumidores. Uma das diferenças, nesse caso, com o que aconteceu no Brasil no governo PT (2003-2015), é

---

<sup>3</sup> No sentido conceituado por Alain Lipietz “Trata-se de um autêntico fordismo, com uma verdadeira mecanização e uma associação da acumulação intensiva e do crescimento de mercados em termos dos bens de consumo duráveis. Contudo ele continua sendo periférico, antes de mais nada no sentido de que, nos circuitos mundiais dos ramos produtivos, os postos de trabalho e a produção correspondendo aos níveis de fabricação qualificada e, sobretudo, de engenharia permanecem largamente exteriores a esses países. Por outro lado, os mercados correspondem a uma combinação específica do consumo das classes médias modernas locais, com acesso parcial dos operários do setor fordista aos bens duráveis das famílias, e das exportações desses mesmos produtos manufaturados de baixo preço para o centro.” (LIPIETZ, 1988, p. 17)

que a lógica de inclusão não estava voltada para o processo de acumulação de capital em si, e buscava também colocá-los como protagonistas do processo produtivo. De fato, é possível notar a busca pelo rompimento estrutural se alguns dos aspectos elencados por Costa para o fordismo periférico brasileiro forem tomados como verdadeiros também no Chile de fins da década de 1970:

“Quanto à organização da produção [do fordismo periférico brasileiro], um conjunto de características demarca essa especificidade: i) o predomínio de formas autoritárias de controle e gestão da mão de obra na produção; ii) processos produtivos marcados por más condições de trabalho (longas jornadas e alta intensidade do trabalho); iii) elevados graus de instabilidade (incluindo alta rotatividade do emprego) e da precariedade/informalidade do trabalho, influenciado pela abundância de mão de obra [...]. O modo de produção fordista no Brasil se combinava a outras formas de organização do trabalho, resultando numa configuração peculiar.” (COSTA, 2016, p. 34)

É possível transportar o entendimento do fordismo periférico para outra conceituação surgida à época, de Milton Santos e os dois circuitos da economia (1979). Pode-se colocar o caso chileno nos seguintes termos: em que medida e circunstâncias puderam os princípios da economia do setor público, combinados com elementos da lógica da economia solidária, cruzar a barreira do circuito inferior para o superior do processo produtivo? Em outras palavras, teria sido possível, dentro da estrutura dual desses circuitos dependentes, transpor para o circuito superior da economia – o que provê mercadorias de maneira moderna e em grande escala – princípios da EPS que permearam a experiência chilena como a solidariedade e a reciprocidade?<sup>4</sup>

A partir da formulação das perguntas como um movimento inicial, cabem ainda alguns esboços no sentido de mais perguntas e começos de respostas. Sobre o conceito de economia popular Nuñez (1995), Razeto (1983) e Coraggio (2000) afirmam que algumas de suas características definidoras são a qualidade de suas relações e valores (valores de solidariedade, relações de cooperação), o que leva a aproximar a experiência do Chile de Allende a essa leitura, embora o aspecto da escala divirja nessa questão significativamente. Costa (2016), a partir desses autores, conceitua a economia popular nos seguintes termos:

“A economia popular é pensada como o conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos membros das classes trabalhadoras a partir do uso da própria força de trabalho e de recursos próprios. Essas organizações se destinam a prover e repor os meios de vida, agregando unidades de trabalho, e não de inversão de capital [...]” (COSTA, 2016, p. 54)

Pensada do ponto de vista do propósito final da atividade econômica, essa primeira parte se alinha bem com a experiência chilena, entretanto a continuação coloca:

“[...] Esta economia se baseia no trabalho familiar, por conta própria, artesanal, na autoconstrução da moradia, na economia camponesa. Sua dinâmica combina a produção doméstica com as relações mercantis, numa conexão difusa entre valores de uso e valores de troca que não caminha para o desaparecimento nem

---

<sup>4</sup>Por outro lado, o rápido desenvolvimento do mercado negro durante os anos do governo socialista traz consigo, ironicamente, uma série de características do circuito inferior, como a barganha, a lógica da sobrevivência e não da acumulação, e o apoio em relações pessoais para o desenvolvimento do comércio. Verifica-se uma inversão nos propósitos tradicionalmente aferidos dos dois circuitos da economia, com o setor moderno e de maior escala voltado para a “reprodução da vida”, e setores da economia sendo dilapidados por características do circuito inferior unicamente com o propósito de desestabilização social e política do governo.

para a desconexão com o mercado. O trabalho é o principal fator produtivo dessas unidades, cuja organização interna passa pela produção associada (cooperativas, associações, grupos de compra, sistemas de troca locais), pequenos negócios familiares e pelo trabalho individual (autônomos, “conta própria”), voltados ou não ao mercado.” (COSTA, 2016, p. 54)

Há uma forte tendência, talvez estabelecida pelo cenário sobre o qual Kraychete (2000) e outros autores se debruçavam, em construir uma conceituação de economia popular que passasse necessariamente por uma escala pequena e difusa (Coraggio, por exemplo, coloca a unidade doméstica com centro dessa economia), como se os princípios organizativos dessas relações, tais como a “economia voltada para a vida” ou “reprodução ampliada da vida” e mesmo os valores de solidariedade, fossem necessariamente avessos a estruturas de larga escala que, supostamente, necessitariam de rigidez e hierarquia para fazer sua complexidade funcionar. Essa escala pressuporia opressão a partir da estrutura de comando, seja esta realizada pelo Capital, seja pelo Estado. De fato, talvez o grande desafio das formas econômicas alternativas seja lidar com a questão da escala e da divisão social do trabalho da sociedade moderna. Pergunta-se, inclusive, se há arranjo possível que dê conta da atual quantidade e complexidade da sociedade e que possa prescindir da pequena escala. Por outro lado, e é importante ressaltar, fica claro nas fontes consultadas que no processo chileno boa parte das novas relações de trabalho baseadas na afinidade só ocorriam devido a uma forte perspectiva ideológica na organização de seus trabalhadores.

Ao colocar como elementos centrais do debate da forma econômica a escala e a forma organizacional das unidades produtivas, pode-se desenvolver mais questões. Se for tomada como base a caracterização de Razeto (1983), aquilo que mais se assemelha à experiência chilena na economia popular são as

empresas associativas, como cooperativas, empresas geridas pelos trabalhadores, e outras, entre as quais se destacam as organizações econômicas populares – OEP’s: pequenos grupos, de caráter associativo e solidário, geralmente surgidos de paróquias, comunidades, sindicatos, partidos e outras organizações populares. As OEP’s seriam o polo mais avançado da economia popular, uma vez que têm como tendência (ainda que não necessariamente como realidade) um modo de produzir, distribuir e consumir bens e recursos alternativo ao capital. Característica relevante dessas organizações são seus valores de solidariedade e ajuda mútua, além da combinação de atividades econômicas, sociais, culturais e educativas. (COSTA, 2016, p. 57)

É provavelmente certo inferir que esse fenômeno observado por Razeto no Chile pós-1973 tenha como origem as experiências associativas gestadas e vividas nas *tomas* de fábricas e terra urbana e rural durante a experiência socialista. Em especial quando se avaliam as organizações para o consumo básico, as organizações para problemas habitacionais e as organizações populacionais de serviços. Em ambos os períodos, pode-se afirmar que a organização dos trabalhadores tinha a ação comunitária como um de seus princípios. Dentro das dez características das organizações econômicas populares supracitadas, cabe destacar aquelas que enfatizam a satisfação das necessidades comunitárias e a busca pelos princípios da democracia, autonomia e autogestão.

Por fim, há que se questionar se a reforma agrária contemplou os modos de vida dos mapuches e de outras comunidades indígenas e/ou camponesas, ou apenas as introduziu a uma necessidade de produção em larga escala rápida, mesmo que a partir de uma miríade de pequenas unidades produtivas. Outra exercício contra-factual possível é que se tivesse havido período mais longo de transição para a implantação da política socialista, esta talvez pudesse contemplar uma lógica produtiva que abrangesse a relação mapuche com a terra e o abastecimento do país.

## 5. Apontamentos conclusivos

É possível que um dos erros de leitura política e proposta programática do governo de Salvador Allende tenha sido ignorar, em grande medida, a pujança das formas econômicas e organizações de base “tradicional” existentes no Chile, buscando apenas o incentivo a um processo de modernização a partir da produção em larga escala com controle social. De fato, quando os movimentos contra-revolucionários são momentaneamente derrotados, se vê que é justamente a capacidade de organização de base, política e econômica, com capilaridade e criatividade, que proporciona as condições para a resistência popular, formando o embrião do chamado “poder popular”.

Nesse sentido, a natureza da proposta socialista de Allende é um dos elementos do processo revolucionário do Chile que contribuem para a reflexão da história do século XX e, em especial, dos movimentos de esquerda inspirados pelo marxismo. A contradição entre capital e trabalho que subjaz toda disputa social da história do capitalismo passa a ser permeada, a partir da década de 1960, por elementos culturais que buscam afirmar as noções de autonomia e identidade. Na grande composição de partidos e tendências de esquerda que formaram a *Unidad Popular*, pode-se ver um embate entre tendências mais influenciadas pelo viés autonomista e/ou identitário e tendências mais afeitas às políticas soviéticas. Mas é a perspectiva democrática e institucionalista que pauta a visão de Allende que, paradoxalmente ou não, abriu espaço para que os grandes contingentes de trabalhadores, sem-terra e *pobladores* pudessem colocar na ordem do dia, a partir da base, as diretrizes gerais do que era a sociedade que queriam construir, verificada em cada comitê de fábrica ocupado, nas *tomas* e nas ocupações. A institucionalidade democrática, tida como “burguesa”, foi que os viabilizou em primeiro lugar, ao não exercer os mecanismos clássicos das estruturas de comando leninistas e prescindir, em algum grau, também do autoritarismo e do uso da força.

A experiência brutalmente interrompida do socialismo democrático chileno é histórica, também no sentido da singularidade irreprodutível de seu contexto. Entretanto, são os elementos de fortalecimento da autonomia popular, o vislumbre de possibilidades de reprodução da vida social radicalmente diferentes das estabelecidas, que dão a esse momento histórico um sentido de potência para o aprendizado e debate de novas formas coletivas. Assim, perspectivas não-capitalistas de organização da vida social, tais como o marxismo e a Economia Popular Solidária são fundamentais nesse processo, desde que necessariamente maleáveis e avessas às ortodoxias.

## REFERÊNCIAS

BORGES, Elisa de Campos. **Poder Popular no Chile de Allende: o caso dos Cordones Industriales**. Revista da APG (PUCSP), v. 1, p. 115-130, 2007

BORGES, Elisa de Campos. *¡Con la Unidad Popular ahora somos Gobierno!* Experiência dos *Cordones Industriales* no Chile de Allende. Tese de Doutorado em História Social. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2011.

CORAGGIO, J. L. Da Economia dos Setores Populares à Economia do Trabalho. In: KRAYCHETE, G. *et al.* (Orgs.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**, Petrópolis: Vozes, 2000. p. 91-133.

COSTA, Sibelle Cornélio Diniz da. **Do precário ao plural**: realidades e possibilidades da economia popular no Brasil contemporâneo. Tese de Doutorado em Economia. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Ciências Econômicas, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, 2016.

DEUTSCHER, Isaac. **Trotsky**: o profeta banido (1929-1940). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. [1963]

KRAYCHETE, G. *et al.* (Orgs.). **Economia dos setores populares**: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes, 2000.

**La Batalla de Chile**: La insurrección de la burguesía . Dirección: Patricio Guzmán, Produção: Chris Marker. Chile, Venezuela, França e Cuba, 1975. 63 min. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=pgBh5SiIEg4>, acesso em fevereiro de 2018.

**La Batalla de Chile**: El golpe de estado . Dirección: Patricio Guzmán, Produção: Chris Marker. Chile, França e Cuba, 1977. 66 min. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=UEw7aL1jicI>, acesso em fevereiro de 2018.

**La Batalla de Chile**: El poder popular . Dirección: Patricio Guzmán, Produção: Chris Marker. Chile, Venezuela e Cuba, 1979. 100 min. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=LoXNBJ2X4Ck>, acesso em fevereiro de 2018.

LIPIETZ, Alain. Fordismo, Fordismo Periférico e Metropolização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 10 (2), p.303-335, 1988. Disponível em <http://bit.ly/Lipietz>, acesso em abril de 2018.

NÚÑEZ, Orlando. **La economía popular asociativa y autogestionaria**. Managua: CIPRES, 1995.

PREOBAJENSKI, Ievgueni. **A Nova Econômica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 [1926].

RAZETO, Luiz. *et al.* **Las Organizaciones Económicas Populares**. Santiago: Ediciones PET, 1983.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008 [1979].

THOMPSON, Edward Palmer. Algunas observaciones sobre la clase y falsa conciencia. **Historia social**, nº 10, Valencia, pp. 27-32, 1991. Tradução disponível em [HTTP://www.fafich.ufmg.br/luarnaut/Thompson\\_classe.pdf](http://www.fafich.ufmg.br/luarnaut/Thompson_classe.pdf), acesso em fevereiro de 2018.

WINN, Peter. **A Revolução Chilena**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.